Projeto de Lei n° 2645, de 2023

Iniciativa: Senador Romário (PL/RJ)

Ementa:

Altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para estabelecer medidas destinadas a evitar a ocorrência de desastres em áreas de risco.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Política Fundiária e Reforma Agrária

Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão: -

Último local: 24/05/2023 - Comissão de Meio Ambiente

Destino: -

Último estado: 24/04/2024 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Relatoria atual: Relator: Senador Wellington Fagundes

Despacho:

24/05/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CMA - (Comissão de Meio Ambiente)

Relator(es):

Senador Wellington Fagundes

TRAMITAÇÃO

24/04/2024 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Em reunião realizada em 24/04/2024, a apreciação da matéria foi adiada.

22/04/2024 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, agendada para o dia 24/04/2024.

02/04/2024 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido relatório do senador Wellington Fagundes pela aprovação do Projeto de Lei n° 2645, de 2023.

15/06/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Wellington Fagundes, para emitir relatório.

Projeto de Lei n° 2645, de 2023

TRAMITAÇÃO

02/06/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Encerrado o prazo para apresentação de Emendas perante a Comissão de Meio Ambiente ao PL 2645/2023 , terminativo (Art. 122, II, "c", do RISF).
Não foram apresentadas emendas.
Aguardando designação para relatoria.

24/05/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Recebida a matéria na secretaria da Comissão.
Aguardando o recebimento de emendas.

24/05/2023 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 26/05/2023 a 01/06/2023. Perante a CMA.

24/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CMA, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 592-593 - DSF nº 81

17/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Autuado o Projeto de Lei nº 2645/2023. O projeto vai à publicação.

Publicado no DSF Páginas 182-186 - DSF nº 76

DOCUMENTOS

PL 2645/2023

Data: 17/05/2023

Autor: Senador Romário (PL/RJ)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Autuado o Projeto de Lei nº 2645/2023. O projeto vai à publicação.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para estabelecer medidas destinadas a evitar a ocorrência de desastres em áreas de risco.

Avulso inicial da matéria

Data: 17/05/2023

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 02/04/2024

Autor: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Local: Comissão de Meio Ambiente

Ação Legislativa: Recebido relatório do senador Wellington Fagundes pela aprovação do Projeto de Lei n° 2645, de 2023.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 2.645, de 2023, do Senador Romário, que altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para estabelecer medidas destinadas a evitar a ocorrência de desastres em áreas de risco.